

ANAIS DO  
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

# A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME III

LXVI  
Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1976

## OS REGISTROS PAROQUIAIS COMO FONTE COMPLEMENTAR DA HISTÓRIA ECONÔMI- CA E SOCIAL (\*).

---

*IRACI DEL NERO DA COSTA*

da Faculdade de Economia e Administração  
da Universidade de São Paulo.

Os estudos de demografia histórica revelaram o rico manancial de informações dos registros paroquiais de batizados, óbitos e casamentos. É desnecessário, portanto, encomiar sua importância no que diz respeito ao conhecimento das variáveis demográficas, estado, estrutura e movimento populacionais. Levam-nos a falar destas fontes primárias as informações, nelas contidas, que transcendem ao estudo demográfico entendido em termos estritos.

No momento em que os registros paroquiais passam a ser analisados de forma ampla e sistemática no Brasil, cremos ser urgente a tarefa de indicar suas potencialidades como fonte de informações quantitativas e qualitativas; referimo-nos aos dados que possibilitam o conhecimento de outros aspectos sócio-econômicos das comunidades estudadas.

Evidentemente os assentos referidos aparecerão, sempre, com elementos complementares a outras fontes primárias disponíveis. No entanto, como demonstraremos, os registros aludidos auxiliam a elucidação de problemas colocados em vários campos da atividade humana tanto no que se refere à interação sócio-econômica entre grupos ou camadas sociais, quanto às questões derivadas do relacionamento entre a comunidade e o meio físico envolvente. Destarte, os assentos paroquiais não devem interessar exclusivamente ao demógrafo histórico, mas a todos estudiosos debruçados sobre a história brasileira.

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 3ª Sessão de Estudos, Equipe C, no dia 6 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

É possível, através da pesquisa dos registros referidos, delinear a formação e o desenvolvimento dos núcleos populacionais. A ocupação do espaço geográfico pelas propriedades rurais e pelos centros urbanos pode ser acompanhada pelos assentos de óbitos — dos quais consta o local de moradia dos falecidos. Uma série de tempo bastante ampla nos permite observar a mobilidade das cidades no meio físico, ao longo da história. Pode também, subsidiariamente, auxiliar-nos a revelar as condições econômicas defrontadas em diferentes momentos pelas comunidades estudadas.

Os registros de casamentos — nos quais vem indicada a procedência dos cônjuges — permitem a identificação dos centros polarizadores da atividade econômica, administrativa, religiosa, quiçá vários outros ângulos do social; ao mesmo tempo possibilitam avaliar a importância da penetração no espaço, de cada centro aglutinador de atividades.

Por outro lado, o conhecimento do local de origem dos cativos — a composição, alternância e distribuição da massa escrava — é fundamental para a compreensão dos problemas relativos à mão-de-obra, aos investimentos e ao desenvolvimento da propriedade rural escravista no Brasil.

Da máxima importância é conhecer os senhores de escravos e proprietários rurais em relação à origem, laços de família, de parentesco, de apadrinhamento.

Elemento valioso para a compreensão da ordem patrimonialista da sociedade brasileira no período colonial pode ser a determinação dos sistemas de apadrinhamento, bem como a análise quantitativa e qualitativa dos “agregados”. Destes aspectos também é possível nos aproximar com base nos registros paroquiais.

Outra possibilidade aberta ao pesquisador refere-se ao estabelecimento da situação patrimonial relativa dos vários segmentos populacionais em que se podem dividir as comunidades estudadas. Dois elementos — presentes nos assentos de óbitos — expressam distinção social: ser membro de irmandade e/ou deixar testamento. A condição de pobreza ou mendicância vem também, via de regra, explicitada nos registros em epígrafe. Tais elementos são indicadores, ao mesmo tempo, das condições sócio-econômicas por que passa dada comunidade em determinado momento.

Quase todas organizações profissionais da Idade Média tiveram, de acordo com o espírito da época, caráter religioso. Em muitos casos,

os oficiais que formavam uma corporação, organizavam-se, independentemente desta, numa confraria religiosa, para em comum praticarem os atos de piedade. Cada confraria adotava, como a corporação respectiva, um santo padroeiro.

Associação de fieis, constituída organicamente, para o incremento do culto público, as irmandades ou confrarias regulam-se pelo Código de Direito Canônico e não podem existir sem decreto formal de erecção. Foram especialmente instituídas para os que desejassem vantagens de ação prática encontradas nas organizações religiosas, mas não dotados de vocação para entrar nas verdadeiras ordens religiosas.

No Brasil encontramos com frequência corporações religiosas autorizadas pela Coroa. No período colonial as Irmandades do Carmo ou de São Francisco apareciam em grande número de freguesias. Rivalizavam na construção de capelas e igrejas; faziam caridade e seus mestros e festeiros organizavam grandes festas.

Tomemos como exemplo a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, uma de duas existentes em Vila Rica no período colonial.

Apenas 0,7% dos cativos mortos entre abril de 1799 e junho de 1801 registrou-se como membro de irmandade. Dos forros, 12,7% foram “irmãos”; dentre os demais livres (exceto os brancos) 25,9% e, dos brancos, a grande parte: 70,9%. Neste último grupo ocorre o único caso de estar um pobre vinculado à irmandade.

Do conjunto dos homens livres (excluindo forros) 22% deixaram testamento e pertenciam a irmandades, dentre os forros apenas 3,2% satisfizeram à mesma condição enquanto 54,2% dos brancos a cumpriram.

Deixaram testamento 8% dos alforriados, 9% dos “demais livres” e 54,2% dos brancos. Excluindo os escravos, para os quais não há indicação de pobreza ou testamento, encontra-se entre os forros o maior contingente de pobres — 25,4% deles são assim nomeados; a cifra cai, para os livres, a 7,3%. Esta discrepância torna-se mais notória se apenas forem computados indivíduos do sexo masculino, 46,7% dos forros em contraposição a 4,9% de livres (incluindo brancos, excluindo forros).

No período de dificuldades porque passava a atividade exploratória, em decadência, devem ter sido mais atingidas as camadas desprivilegiadas da sociedade. A concentração da riqueza na época de fastio seguiu-se, de forma igualmente assimétrica, a distribuição da pobreza ao tempo do recesso econômico.

Por outro lado estes percentuais comprovam que, ser vinculado a irmandades, significava marco de distinção social perseguido por todas camadas sociais; embora o acesso às mesmas não estivesse condicionado pela posse de riqueza, a correlação positiva entre os dois eventos é iniludível.

Outro aspecto a ser explorado é o da maior ou menor permeabilidade social. A frequência relativa de casamentos entre distintos segmentos populacionais fornece-nos bom indicador. Tomemos ainda uma vez o exemplo da freguesia de Antônio Dias: para o período 1727-1826, dos casamentos que envolveram escravos 25% deram-se entre escravos e livres — 19% referentes a uniões de homens escravos e mulheres livres e 6% entre cativas e homens livres. Tais porcentagens indicam a inexistência de fosso intransponível entre escravos e livres, ao mesmo tempo expressam, parece-nos, a posição subalterna ocupada pelas mulheres.

O nível de alfabetização e a distribuição do ensino entre as várias camadas sociais podem ser aferidos pelo estudo da frequência relativa e qualidade das assinaturas constantes dos registros de casamento.

\*        \*  
\*

Os exemplos aduzidos parecem bastante elucidativos e corroboram, ao nosso ver, a opinião expendida no início desta comunicação. Conforme se infere do exposto advogamos postura não ortodoxa em relação ao acervo de fontes primárias representado pelos assentos paroquiais.

As linhas de pesquisa aqui apontadas apenas deixam entrever a imensa riqueza dos referidos registros, que interesam essencialmente ao demógrafo histórico como a todos estudiosos da história do Brasil.